

# Imprensa e ditadura: do esquecimento à lembrança em imagens sínteses<sup>1</sup>

Marialva BARBOSA (UFRJ)<sup>2</sup>

**Resumo:** O texto mostra como através de estratégias memoráveis se sobressaem e perduram algumas imagens que sintetizam a relação imprensa e golpe de 1964. Enquanto algumas cenas, informações, acontecimentos permanecem sepultados por camadas de esquecimento, outras se transformam em emblemas históricos da época. Entre esses emblemas se destaca a ação dos jornalistas ao fazerem dos textos principais armas de combate à ditadura. Destacam-se também as páginas dos jornais (e revistas) que se constituem em documento-testemunho da ação da imprensa durante o período de cerceamento da liberdade de expressão durante a ditadura dos anos 1960/70.

**Palavras-chave:** Imprensa – Golpe de 64 – Memória.

## Prensa y Dictadura: del olvido a la memoria en imágenes síntesis

**Resumen:** El artículo presenta cómo, por medio de estrategias memorables, si destacan y permanecen ciertas imágenes que resumen la relación Prensa y la Dictadura de 1964 en Brasil. Mientras que algunas escenas, informaciones y eventos permanecerán enterrados por el olvido general, otras se convierten en emblemas históricos de una época. Entre esos emblemas, se destaca la acción de los periodistas teniendo sus textos como principales armas para luchar contra la Dictadura. También son de destacar los periódicos y magazines que se constituyen en documento-testigo de la acción de la Prensa durante

1 Conferência realizada na abertura do III Encontro Nordeste de História da Mídia, realizado na Universidade Federal do Maranhão, em 8 e 9 de maio de 2014.

2 Professora Titular de Jornalismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da UFRJ. Vice-presidente da INTERCOM. Pesquisadora 1D do CNPq.

el periodo de restricción de la libertad de expresión durante la Dictadura de los años 1960-1970.

**Palabras clave:** Prensa; Dictadura de 1964; Memoria

Gostaria de começar este texto sobre a imprensa no período da ditadura militar com duas imagens que, a meu ver, sintetizam a reflexão que farei. Na primeira aparecem, em primeiro plano, jovens com a mão na cabeça, enfileirados, num campo de futebol; a segunda mostra a multidão na esquina de Avenida Rio Branco com Presidente Vargas durante o movimento que passou à história com o nome de Passeata dos Cem Mil.

A passeata reuniu no centro do Rio, em 26 de junho de 1968, 100 mil pessoas para protestar contra os atos de truculência e repressão da polícia que acabaram por assassinar o estudante Edson Luís, no restaurante do Calabouço na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Organizada pela União Nacional dos Estudantes, UNE, a manifestação tinha como propósito protestar contra a morte do estudante, mas objetivava também oferecer um espetáculo público de repúdio à ditadura.



Imagem do esquecimento - Prisioneiros de 1968  
Fonte: Um Rio em 68. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura/Biblioteca Carioca, 1988.



A passeata dos Cem Mil toma a Avenida Rio Branco: a imagem lembrança de 1968.

Fonte: *Um Rio em 68*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura/Biblioteca Carioca, 1988.

Ambas mostram, portanto, momentos do hoje longínquo ano de 1968, marcado por diversas transformações e em que houve ações políticas, como o AI5 em dezembro de 1968, determinantes para os rumos que a ditadura civil militar iria tomar nos anos que se seguiram.

O escritor Ferreira Goulart sintetizou o contexto da época.

1968 foi ano da virada pra pior. O regime militar, com três anos de vida, desgastara-se aos olhos da classe média que apoiara o golpe. A morte do estudante Edson Luís, em março, possibilitou a mobilização da opinião pública contra a ditadura (Passeata dos Cem Mil), mas ao mesmo tempo fortaleceu a extrema direita militar que, em dezembro, impôs a edição do AI-5 e efetuou centenas de prisões. O regime tornou-se mais duro e, calando a voz dos que exigiam liberdade, abriu caminho para a luta armada e suas desastrosas consequências (GOULART, Ferreira. Depoimento. In: *Um Rio em 68*, p. 15).

A morte do estudante foi o estopim das grandes manifestações de rua, das passeatas mostradas em cenas que se repetiam nos jornais da noite na televisão, algumas delas que se tornaram imagens símbolos e outras que se construíram como imagens do esquecimento.

A multidão é congelada pelas lentes que fotografaram (e filmaram) o movimento em torno da imagem de

Tiradentes, em frente ao atual prédio da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, e do líder estudantil Vladimir Palmeira que discursa enquanto gesticula vigorosamente. Reproduzida pelos jornais diários e colocada em movimento pela televisão, se torna uma das imagens políticas transmitidas pela TV e fixada pelos periódicos.

A multidão é repleta do sentido de anonimato, ocupando as ruas para protestar contra o regime: do alto, a lente do fotógrafo captou o momento em que com faixas e lado a lado milhares de pessoas tomaram a avenida para marcar o descontentamento com os rumos que o golpe civil-militar tomara. A multidão sintetizada assume o significado de uma imagem força: daí a indefinição dos atores sociais presentes, que como um mar de gente tomava as ruas das maiores cidades.

Portanto, as imagens de grupos em bloco, sem rostos definidos, molda a perspectiva política dominante daqueles episódios de junho de 1968 e foram elevadas à condição de imagem símbolo das forças contrárias ao regime. Em poucos momentos aparecem rostos perfeitamente identificáveis e mesmo os líderes do movimento não aparecem em close. O fato de terem perdurado como uma síntese do movimento político das esquerdas em 1968 faz dessas cenas imagens-memória produzindo, também, um imaginário para a época.

Por outro lado, a segunda imagem é, a rigor, apenas uma de uma série produzida na época e que não foram nem publicadas, nem apareceram nas emissões. Esse grupo de fotografias sequer tem autoria identificada. Todas foram doadas por personagens anônimos (e que fizeram questão de assim permanecer) ao acervo do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro e lá continuam até hoje. Disponíveis nos arquivos para serem olhadas pelos pesquisadores com a intenção de produzir história, se transformam em documentos de memória, mas são, paradoxalmente, imagens do esquecimento. A única vez que esse conjunto foi publicado teve também a intenção comemorativa: marcar o vigésimo aniversário dos movimentos de 1968, num livro produzido pela Prefeitura do Rio e denominado *Um Rio em 68*. Muitas imagens daquele momento figuram no livro e essas que se referem às ações de repressão aos movimentos estudantis, não por acaso, se distribuem ao final do livro, compondo suas últimas páginas.

Assim, também na produção de registros das épocas em suportes duradouros há visivelmente duas ações memoráveis: ou se transformam em imagens-sínteses ou permanecem em zonas de sombra e de silêncio. A elas dei um título que resume o pressuposto do esquecimento: “as imagens que não vimos” (BARBOSA,

2013b). Durante muito tempo ficaram sepultadas por camadas de esquecimento e algumas delas, como as dos jovens presos, continuam menos visíveis, mesmo quando o momento abre oficialmente brechas à lembrança (como o instante em que se devem marcar os 50 anos do Golpe de 1964). Outras, em contrapartida, se transformam em imagens síntese históricas. Imagens que carregam nelas mesmas a significação plural dos tempos idos.

Mas não são apenas as imagens que ficam sepultadas por camadas de esquecimento. Os acontecimentos das épocas históricas muitas vezes também permanecem encobertos pelo não-dito ou pelo dito de outra forma. Assim, me parece se constitui a relação imprensa e Golpe de 1964. Nesse momento em que é preciso marcar que cinquenta anos se passaram há um movimento quase em uníssono da imprensa (e dos jornalistas) para fazer lembrar que esse período foi marcado por perseguições, restrições à liberdade de imprensa, censura generalizada aos meios de comunicação e que, muitos deles, resistiram com bravura e determinação aos limites impostos à liberdade de expressão.

Se esse discurso em uníssono é perfeitamente compreensível – afinal o valor liberdade democrática é o que produz a liga mais consistente da identidade jornalística – é preciso também enfatizar que, no passado, houve mais jogos de acomodação e de aproximação da imprensa com o governo militar do que ações de resistência.

Nos depoimentos em que relembram as diversas ações desse período, três enredos narrativos aparecem nas memórias dos jornalistas (BARBOSA, 2014): ou descrevem cenas da ação dos jornalistas (e empresas) que se rebelaram contra o regime, sofrendo as consequências perversas da perseguição do regime ditatorial; ou destacam que essa resistência deveria ter sido uma ação dos dirigentes (deixando antever que o jornalista não tinha armas para lutar, sendo que a única de que dispunha era o próprio texto e o conhecimento dos meandros da profissão); ou justificam a apatia diante dos limites impostos à atividade porque, para eles, o mais importante era defender a sua posição como jornalista. Mas a preservação do emprego não tinha motivações imediatas e cotidianas (o sustento da família, a defesa de uma posição; a preservação das condições de sobrevivência, etc.), e sim o valor simbólico do ser jornalista. Ser jornalista, nessas construções memoráveis, fazia parte da vida. E perder a função no jornalismo significava a morte em vida (BARBOSA, 2014).

Assim, na sequência, depois de caracterizar o contexto e a complexa relação imprensa e poder durante o período ditatorial que se inicia em 1964, mostraremos

como através dos trabalhos de memória, ao relembrar fatias do passado, os jornalistas atuantes naquele momento constroem significações nas quais procuram se constituir como grupo coeso. Nesse sentido, sobressai nos seus trabalhos memoráveis a construção de uma memória comum que ressignifica o grupo (e suas ações) naquele tempo.

## **A conjuntura histórica: a ditadura não foi “ditabranda”**

Nos últimos anos algumas interpretações equivocadas querem fazer crer que a ditadura militar (ou civil-militar como preferem alguns) não teria sido tão repressiva, se constituindo naquilo que o polêmico editorial do jornal *Folha de S. Paulo*, de 17 de fevereiro de 2009, chamou de “ditabranda”, numa alusão explícita a não intensidade das ações repressoras. Essa interpretação não encontra justificativa: de fato houve perseguições, prisões e mortes e mesmo o extermínio como uma política deliberada de Estado para eliminar, sobretudo, aqueles que os militares consideravam os maiores inimigos, a esquerda que empreendia o movimento de luta armada contra o regime.

Dados coletados pelo Projeto Brasil: Nunca Mais mostram que a ditadura nada teve de “ditabranda”. Segundo Marcelo Ridenti (2010), levando-se em conta o total de processados pela Justiça Militar por envolvimento com organizações de esquerda, estes teriam sido cerca de 800 pessoas. Já a soma dos mortos e desaparecidos chegaria a 396, sendo que destes a maioria era de jovens. A obra de Teles (2009) narra 237 casos de pessoas que foram mortas e de 159 desaparecidos políticos. Faz referência ainda a mais 30 mortes no exílio e outras 10 pouco antes do Golpe de 1964, chegando a um total de 436 casos de mortos e desaparecidos (RIDENTI, 2010, p. 293)

Portanto, a repressão aos que se opunham à ordem dominante não teve nada de branda, ainda mais se considerarmos também que no período houve outras violências reais e simbólicas: dilapidação desumana das forças produtivas, arrocho salarial, sindicatos sob intervenção, prisões arbitrárias, nível degradante cada vez maior das cidades e censura.

Por outro lado, há que se considerar também que o regime ditatorial só durou vinte e um anos porque teve o envolvimento, a participação e o apoio de múltiplas forças militares e civis, nas quais a imprensa teve também participação. Não há possibilidade de um regime de exceção perdurar por tanto tempo sem o respaldo social, que se consegue, já mostrava Gramsci (1989), não



só pela força, mas também pela criação do consenso. As sólidas relações e apoios nos meios políticos, judiciários, empresariais, sindicais, universitários, da imprensa e do setor de telecomunicações que teve os governos militares, como remarca Marcelo Ridenti, foram decisivas para a manutenção do regime. “Eis o tema-tabu que torna tão incômodo lembrar o período: uma parte da sociedade brasileira, por ação ou omissão, foi conivente com a ditadura” (RIDENTI, 2010, p. 289).

A tomada do poder pelos militares, em 1964, depois de várias tentativas frustradas nos anos anteriores, se dá numa conjuntura histórica marcada pela crise. Como mostram Mendonça e Fontes (1996) analisar essas crises é uma tarefa profundamente complexa. Disputas partidárias, polêmicas entre Executivo e Legislativo, greves, inflação, conspiração mostram a estreita relação entre cenários econômicos, políticos, empresariais e culturais, conduzindo, sob os auspícios das forças conservadoras do país para o desfecho do Golpe de 1964.

O processo de concentração de capitais e de internacionalização da economia levava a disputas entre diversos setores, para determinar quais os segmentos econômicos seriam mais favorecidos pelo Estado. Os setores conservadores se ressentiam das incertezas do que se chamava ascensão do movimento de massas (com reformas urbanas e rurais que faziam tremer as forças vinculadas ao conservadorismo, que sempre foi dominante no que diz respeito aos grupos que habitualmente e historicamente estavam no poder no Brasil, até então). Duas grandes polêmicas agitavam o período: as reformas de base e a luta anti-imperialista (MENDONÇA e FONTES, 1996, p. 11).

A união de segmentos udenistas e dos militares para orientar a política externa, produzindo alinhamento com os Estados Unidos, a implantação da doutrina de segurança nacional da Escola Superior de Guerra (ESG), a condução dos militares ao poder para, segundo o lema repetido pelas forças conservadoras, “assegurar a coesão interna” e garantir apoio ao empresariado foram, em síntese, os argumentos e as ações que definiram o golpe de abril de 1964. O golpe procurou alijar e reprimir os movimentos populares que clamavam por reforças, ao mesmo tempo em que afirmava a hegemonia do capital monopolista e do capital estrangeiro, abortando qualquer luta em favor de transformações que pudessem afetar esses segmentos.

Do ponto de vista econômico, o primeiro momento do período ditatorial (1964-1967) foi marcado por profunda recessão, mas que favorece os grupos alinhados com o grande capital. A partir de 1967, créditos

passam a ser liberados em grande escala, paralelamente à ampliação dos gastos governamentais e ao relaxamento do controle inflacionário. É o período que ficou conhecido como “milagre econômico”, que também encontra na conjuntura internacional cenário favorável à sua implantação.

Esse era, em síntese, o cenário em dezembro de 1968, quando foi promulgado o Ato Institucional nº 5 (AI-5), que suspendeu todas as garantias constitucionais, ampliou os poderes presidenciais e dispensou a função legitimadora do Congresso. Como consequência direta, houve a intensificação da repressão contra aqueles que levantaram qualquer voz contra o regime. O movimento estudantil, atuante nas manifestações de descontentamento que proliferaram durante todo aquele ano, sofreu severas perseguições: desde a ação da direita paramilitar (Comando de Caça aos Comunistas e Movimento Anticomunista) até a prisão de líderes, o que resultou na morte de milhares de jovens. A repressão aos sindicatos também foi violenta. Abria-se nesse momento um novo ciclo da ditadura militar marcado pela violência contra os partidos, universidades, sindicatos.

### Tempos sombrios

No que diz respeito às relações entre imprensa e poder no período que se inicia com o golpe e, com mais intensidade, no período pós-promulgação do AI-5, há que se considerar que houve muitos processos em que relações de poder se tornaram visíveis, numa época em que também o cerceamento à liberdade de expressão se abateu sobre a imprensa (BARBOSA, 2013, p. 289).

Entretanto, é preciso considerar que a censura não foi uniforme, nem atingiu da mesma forma todos os meios de comunicação. Mas, mesmo as publicações que não sofreram diretamente a ação da censura praticamente baniram de seu conteúdo as polêmicas políticas. Seja por um processo de autocensura, seja por censura prévia ou por se alinhar aos donos do poder, a imprensa transformou seus modos narrativos de maneira profunda também em função das restrições a que estava submetida e/ou devido aos alinhamentos que era interessante a ela produzir.

Mas, apesar de termos que considerar, como alerta Aquino (2002) que a censura política em momentos de autoritarismo age de maneira diferenciada em relação aos veículos de comunicação, desde o golpe de 1964 instauram-se diversos mecanismos para controlar as informações.

O argumento frequentemente apresentado para a implantação da censura em todas as dimensões da vida

cultural do país deixa antever o papel que se atribuía aos meios de comunicação: além de informar, deveriam orientar a população, tutelados pelo Estado. Os conteúdos que poderiam servir de estímulo à oposição dos militares deveriam ser aliados das publicações. O argumento que se vivia um período de “guerra” (promovida pelos estudantes e pelos “terroristas”) servia para justificar as ações de exceção (BARBOSA, 2007, p. 189).

A censura ficou primeiramente a cargo das Forças Armadas. Num segundo momento passou a ser responsabilidade do Ministério da Justiça, para, num terceiro momento, ficar sob a alçada da Polícia Federal. Poucas foram as publicações que viveram períodos de censura prévia, sendo que a maioria foi submetida às práticas da autocensura, que ocorria em duas dimensões: ou o periódico (ou outro meio de comunicação) recebia ordens via bilhetinhos e/ou telefonemas que indicavam o que poderia ou não ser publicado; ou os editores tentavam se antecipar à censura e procuraram interpretar o que poderia vir a ser censurado e já não editavam aquela informação. A censura à imprensa, de maneira nem uniforme e nem genérica, perdurou, portanto, com intensidade variada, de 1968 a 1978.

Pela censura e pelos mecanismos da autocensura procurava-se, portanto, controlar o fluxo noticioso, criando uma espécie de “admirável mundo novo” que só existia no discurso emitido pelos militares via meios de comunicação. O Brasil era apresentado como lugar da eficiência, derivada do poder do Estado autoritário, aonde as misérias, as mazelas cotidianas, as dificuldades de todas as ordens e as ações repressivas não apareciam como possibilidade noticiosa. Aqueles que porventura se rebelassem sofreriam ações diretas da censura, invasões, atentados, apreensões das edições.

Maurício Maia (2002) distingue dois tipos de censura exercidos no país neste momento: aquela que era praticada pelos bilhetinhos e telefonemas, com o objetivo, na ótica dos militares, de “proteger o regime e as instituições”, sendo, segundo ele, comum a toda a imprensa; e aquela que atingia as publicações submetidas à censura prévia. Nesse caso, “os critérios eram outros e tinham relação direta com a desconfiança do regime militar diante de tais veículos”. As consequências foram catastróficas para esses veículos, causando prejuízos financeiros irreparáveis (MAIA, 2002, p. 487-488).

Embora todos os periódicos pudessem ser submetidos à censura, o olhar discriminatório recaía com mais intensidade sobre os jornais da chamada imprensa alternativa, visados, sobretudo, em função dos embates ideológicos que travavam com os militares que estavam no poder (MAIA, 2002, p. 503). O nome imprensa al-

ternativa (também chamada de nanica) era utilizado para classificar mais uma centena de publicações que surgiram entre 1964 e 1980. *Opinião*, *Pasquim* e *Movimento* foram os periódicos mais importantes entre jornais e revistas, muitas vezes de periodicidade incerta, que, segundo Kucinski, englobava um jornalismo que “não está ligado a políticas dominantes; o de uma opção entre duas coisas reciprocamente excludentes; o de única situação difícil e, finalmente, o do desejo das gerações dos anos 60 e 70 de protagonizar as transformações sociais que pregavam” (1991, p. XIII).

Nos anos 1970, foram poucas as publicações da grande imprensa que sofreram censura prévia. Além da *Tribuna da Imprensa* do Rio de Janeiro, que esteve sob censura por quase dez anos, também os jornais *O Estado de S. Paulo* e o *Jornal da Tarde*, em São Paulo, ficaram sob censura entre 1972 e 1975; *A Notícia*, de Manaus, entre 1975 e 1978; e a revista *Veja*, que foi submetida à censura prévia em 1972 e entre 1974 e 1976 (MAIA, 2002, p. 493-495).

Paolo Marconi (1980), ao inventariar o movimento da censura à imprensa brasileira no período, reproduz alguns depoimentos do que chamou “jornalistas censurados”. Neles, os jornalistas, como porta-vozes desse momento, denunciam o caráter empresarial da imprensa e que, dessa forma, não poderia, por questões econômicas, ser contrária às ações do governo ditatorial. Cooptação parece ser o adjetivo com que esses porta-vozes da memória de um grupo percebem a ação de quase toda a grande imprensa.

Referindo-se a este momento traumático, esses personagens constroem a memória de uma realidade vivida que é partilhada por outros que desempenhavam papel análogo. São exercícios de memória que carregam o si mesmo e o outro. Como memória declarativa, manifesta-se como lembrança pronunciada, sendo ao mesmo tempo uma espécie de discurso que travam e que carrega também a marca do outro (RICOEUR, 2007, p. 138). Outro que viveu o mesmo papel: o de jornalista censurado.

Nesses discursos, chama a atenção o fato de destacarem as possibilidades narrativas do mundo do jornalismo e o conhecimento dos meandros da profissão como forma de burlar a ação da censura. Através de tramas narrativas, no ato memorável construído pelo grupo no presente, percebem a utilização de estratégias redacionais como a principal arma do jornalista anônimo para combater os limites da liberdade de expressão.

Esta é apenas uma das construções memoráveis dos jornalistas que, assim, se instauram como grupo, mas do ponto de vista conceitual nos induz a pensar em al-

gumas questões: em primeiro lugar, que o não enfrentamento realizado pela maioria e os jogos de acomodação que também a maioria viveu não podem ser lidos, na concepção do grupo, como concessões, já que na prática cotidiana os jornalistas teriam empreendido uma luta sem tréguas com a arma principal do jornalismo, o texto. Em segundo lugar, ao enfatizarem o uso do texto como verdadeira arma de luta pela liberdade, referendam valores imemoriais do grupo, no qual a retórica textual ocupa lugar central na construção identitária do grupo. Em terceiro lugar, relaciona o momento vivido – das transformações do jornalismo em função da adoção de um padrão de modernização – às práticas profissionais, deixando antever no jogo histórico que as mudanças no mundo do jornalismo nas décadas seguintes se deveram também às acomodações necessárias, em função da censura, acirrando o padrão de objetividade buscado como norma pelo jornalismo.

Assim, estamos afirmando que muitas das transformações em torno do ideal de modernização do jornalismo que se acirraram na década de 1960 têm ligação estreita aos limites impostos à profissão em função da ordem política. Por outro lado, o afastamento dos temas políticos levou o jornalismo a encontrar outra brecha narrativa, produzindo notoriedade semelhante a que tinham quando viviam nas cercanias do poder. No nosso entendimento, a adoção do jornalismo investigativo como força de representação máxima do ser jornalista, sobretudo a partir dos anos 1980, também possui ligações estreitas com a conjuntura dos anos de ditadura, que apartou dos noticiários as polêmicas políticas. Constrói-se na esteira do afastamento dessas polêmicas, a exacerbação do valor investigativo do jornalismo que, evidentemente, daria à atividade e aos jornalistas poder simbólico tão importante quanto àquele de viver envolvido com os temas e as polêmicas da política.

Para terminar essas reflexões, apresentamos a seguir, alguns discursos memoráveis de jornalistas em que justificam sua ação e atuação durante o tempos sombrios da ditadura com a mais característica (e por vezes eficaz) arma de que dispunham: o texto e as possibilidades narrativas do jornalismo.

### **Jornalistas: o texto como arma**

Escamotear informações, usando para isso as técnicas mais modernas do jornalismo; conseguir burlar a ação da censura com o conhecimento dos meandros da profissão, tais como, por exemplo, alterar apenas na aparência as provas do jornal; deixar o espaço em branco

no lugar em que entraria a matéria que fora censurada; publicar (no lugar do que fora retirado) outros textos que poderiam deixar claro para o leitor a ação da censura, como, por exemplo, cartas dos leitores, poesias ou receitas. Muitas foram artimanhas utilizadas pelos jornalistas na ação mais frequentemente referenciada em suas memórias: usar o texto e os recursos da profissão como arma de combate.

Percebi que só liam o começo do texto. Dependendo do assunto, liam tudo. Passei a escrever matéria com a pirâmide invertida ao contrário. O jornalista começa com o mais importante, mas eu abria com uma abobrinha e botava o mais importante depois. Até que o cara percebeu (Ricardo Kotscho. Repórter do *Estado de S. Paulo*, em 1968. Depoimento. In: *Memória de repórter*, 2010, p. 83-84).

Os tempos de cerceamento às liberdades são lembrados como o da astúcia do jornalista, que conseguia burlar a censura usando as artimanhas textuais (e editoriais) como principal recurso.

Comecei então a negociar com ele (Aramando Falcão, Ministro da Justiça) o fim da censura em *Veja*. Ao mesmo tempo, nós começamos a publicar estranhos textos, debaixo, se não me engano da rubrica História. Eram fantasias metafóricas que inventávamos para ludibriar os censores e divertir as nossas famílias. Reescrevemos a história das Cruzadas com destaque para o general Drapeau, que era uma sátira do general Bandeira... Nos divertimos muito lendo esses textos sobre a iminente “volta dos anjos”, que certamente se referia à distensão e ao fim da censura. Havia o padre Sean, que devia ser o general Golbery, havia o Feio... Salah Al-Pinh, o Feio. Eu precisava ler para me lembrar, mas esse devia ser o Buzaid. Falcão era o monge Falcus. Al-Selh devia ser o Geisel. Mas os censores não entendiam nada. (Mino Carta. Depoimento. In: ABREU, LATTMAN-WELTMAN e ROCHA, 2003, p. 186-187)



Nas memórias de Mino Carta, então editor chefe da revista *Veja*, duas questões são enfatizadas: o prazer de enganar os censores, apresentados como sujeitos limitados face à astúcia e à inteligência dos jornalistas, daí a não compreensão dos jogos textuais produzidos; e a indicação de que aqueles textos que produziam eram destinados a um público claramente identificado. Não o leitor genérico da revista *Veja*, mas eram textos escritos para os próprios jornalistas. Não importava, se o público entenderia ou não as mensagens metafóricas – que fugia no momento da entrevista até mesmo à lembrança de Mino Carta (“e precisava ler para me lembrar”) – já que o propósito era mostrar para os próprios pares que conseguiram com a arma de que dispunha (o texto) burlar a ação da censura, enganando seus algozes.

Ao lado dessas construções, sobressaem também no simbolismo que o grupo construiu em referência aos tempos sombrios da censura as edições memoráveis que foram construídas como emblemas para o futuro, indicando a ação e reação do jornalismo em tempos de repressão à liberdade de expressão.

Nesse sentido, se transformam em objetos que materializam aquele instante e o momento histórico. Edições inteiras (ou mesmo segmentos editoriais, como os jornais da imprensa alternativa) como atestados de uma época, cujo simbolismo maior imposto ao futuro é o cerceamento da liberdade de dizer.

Se quisermos aqui nos valer do problemático conceito de Pierre Nora (1986), podemos dizer que são “lugares de memória” do tempo e da ação da censura. Mas, preferindo adotar outra imersão conceitual, podemos dizer que são páginas do “esquecimento de reserva” (RICOEUR, 2007), isto é, a reinscrição narrativa de acontecimentos que se transformam em supra-históricos, afetando no passado e deixando marca duradoura. Esses acontecimentos voltam periodicamente (em momentos comemorativos ou não) indicando a sobrevivência dessas imagens. É o esquecimento profundo utilizado como “esquecimento de reserva” que é capaz de reinscrever imagens como símbolo da memória, no caso de um grupo, mas que se transforma na memória histórica de um povo ou de uma nação.

É com este sentido de esquecimento de reserva que pode ser interpretada a profusão de vezes que determinadas páginas reaparecem periodicamente eivadas do efeito testemunho para indicar que, de fato, houve a censura e que, de fato, aquele veículo sofreu com limites impostos.

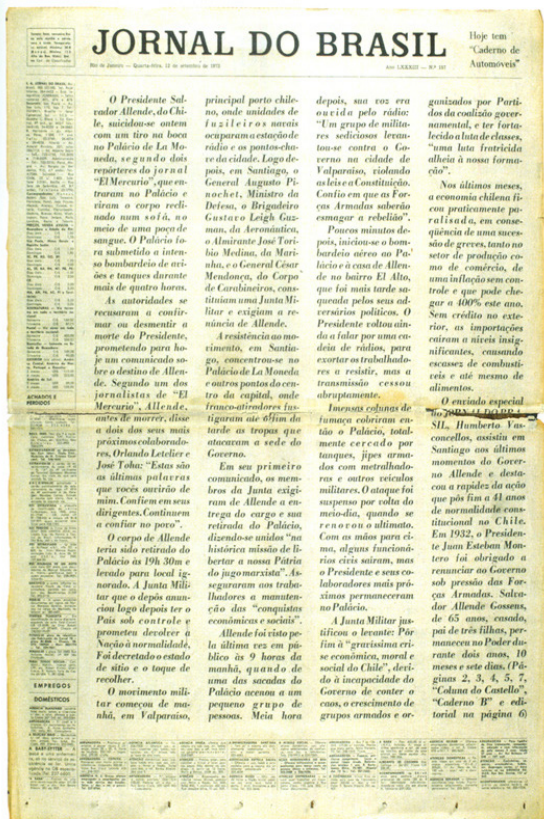
É nesse sentido, que deve ser entendida a produção das duas páginas, cujas imagens são apresentadas

a seguir: a primeira, a página emblema do *Jornal do Brasil* de 14 de dezembro de 1968, anunciando o AI-5. E a segunda, também uma edição do mesmo jornal, de 12 de setembro de 1973, noticiando, sem manchete, o golpe militar do Chile.



*Jornal do Brasil* – 14 de dezembro 1968.

[http://www.ccmj.org.br/sites/default/files/pdf/5/XnView%20Document\\_23.pdf](http://www.ccmj.org.br/sites/default/files/pdf/5/XnView%20Document_23.pdf)



Jornal do Brasil, 12 de setembro de 1973  
[http://www.ccmj.org.br/sites/default/files/pdf/5/XnView%20Document\\_25.pdf](http://www.ccmj.org.br/sites/default/files/pdf/5/XnView%20Document_25.pdf)

Quando a referência é a ação da censura durante o período de ditadura militar, essas páginas quase que naturalmente são referidas. Nas memórias dos que participaram do processo de produção editorial, o conhecimento profundo das práticas profissionais se transforma em estratégia definitiva para burlar a censura e, ao mesmo tempo, construir edições para o futuro. Se o conhecimento das práticas permitiu aos editores escamotear, então, a edição, usando as armas do jornalismo – o texto e as estratégias editoriais – aquela ação se situa para os próprios jornalistas como a produção de um acontecimento histórico.

Vieram com muita educação, fardados e desarmados. Apresentaram-se e avisaram que passariam a acompanhar a notícia (...). Eles recebiam cópias das matérias e nós lhes levamos as provas das páginas – naquela época o jornal era composto embaixo, na oficina, onde se tirava uma prova para as revisões finais. Podiam mexer, mas não executaríamos

as modificações pedidas, porque não sabiam que se alterava a prova na oficina. Descobriram isso 24 horas depois, fizemos o diabo. No jornal inteiro, até nos classificados, publicamos coisas muito visíveis, dando a entender que os jornalistas não estavam mais no controle. As 5 h da manhã, dia claro, saímos eu e o Carlos Lemos, o meu segundo, grande amigo e companheiro que comentou: 'Fizemos uma edição histórica porque o Jornal do Brasil tomou uma posição' (Alberto Dines, editor do *Jornal do Brasil*, em 1968. Depoimento. In: *Memória de repórter*, 2010, p. 88).

Enganar os censores, usando o conhecimento jornalístico, era a vitória maior na guerra contra a censura. E isso se sobressai em muitos depoimentos.

E aí fizemos uma edição em que enganamos os censores: eles diziam uma coisa, nós íamos à oficina e fazíamos outra. E saiu uma edição que é considerada histórica. Lembram? A previsão do tempo que ficou famosa: 'Nuvens negras...' Foi realmente espetacular (Alberto Dines. Depoimento. In: ABREU, LATTMAN -WLTMAN e ROCHA, 2003, p. 97). No dia seguinte, 9 horas da manhã, eu volto para a redação, e na sala do diretor Lywall Salles, dois milicos me dizem: 'O senhor nos enganou'. 'Eu não, os senhores assinaram todas as páginas. Se alguém se enganou foram os senhores'. Ficaram quicando e, em vez de oficiais do Exército, mandaram censores especializados da polícia política do DOPS. Mas essa foi uma página boa de fazer. Foi bonito (Carlos Lemos. Depoimento. In: *Memória de repórter*, 2010, p. 89).

Na memória duradoura, as consequências das artimanhas dos jornalistas aparecem muitas vezes. Podiam ser chamados a atenção, podiam ser transferidos das editoriais, podiam se acomodar e não realizar mas nenhuma transgressão textual ou editorial ou podiam ser afastados dos postos de comando.



A qualquer momento eu não resistiria. E isso aconteceu em setembro de 1973, na derrubada do presidente do Chile, Salvador Allende. Não tínhamos recebido nenhuma instrução e preparamos o jornal, evidentemente com a manchete da morte dele. Estava uma boa edição. Fui para casa (...) ligaram pra avisar de uma ordem da polícia proibindo o assunto do Chile na manchete. Voltei (...). Estava presente o vice-diretor Bernardo da Costa Campos, um homem de confiança do Brito, nunca tinha se metido com jornalismo, mas apareceu e estranhei. Falei que íamos cumprir estritamente o pedido. Pedi para tirar a manchete: 'Vamos fazer três ou quatro blocos, com o corpo maior possível, contar essa história toda, sem manchete, e essa história vai servir de manchete'. No dia seguinte, bem cedo o Armando Nogueira, da TV Globo, me ligou dizendo que o jornal estava extraordinário, que o jornalismo brasileiro vivia o seu melhor momento. Não esqueci os telefonemas e o impacto, não sobrou nada daquela edição. Mas o Brito ficou chateadíssimo e assim começou o fim (Alberto Dines. Depoimento. In: **Memória de repórter**, 2010, p. 92).

Para Alberto Dines, a sua saída *do Jornal do Brasil* por "indisciplina", em dezembro de 1973, como qualificara o então dirigente máximo do jornal Nascimento Brito, tinha começado três meses antes. Em 12 de setembro de 1973, a edição emblema do assassinato do presidente Salvador Allende do Chile tinha ido às bancas. O fato de ter burlado uma ordem, mais uma vez usando artimanhas editoriais, causara muitos problemas para o jornal e teria apressado o seu fim como editor-chefe.

### Considerações Finais

Como procuramos mostrar ao longo desse texto as relações entre imprensa e os grupos que assumiram o poder, apoiados por amplos setores da sociedade brasileira, e iniciaram uma ditadura que duraria 21 anos, não são tão evidentes, nem foram tão gloriosas como querem

fazer crer algumas vezes as estratégias memoráveis dos próprios jornalistas (e, muitas vezes, as empresas jornalísticas).

Por diversas razões houve comprometimentos, jogos de acomodação, em uma palavra, constrangimentos nas ações dos jornalistas frente a um período de completa falta de liberdade. O silêncio compulsório em relação às situações repressoras, algozes e violentas que se vivia é a marca mais gritante desses jogos de acomodação. Claro que houve vozes discordantes, que houve aqueles que, de fato, foram perseguidos, mas houve mais aproximações e articulações em jogos de interesse do que luta contra a ditadura.

Tendo apoiado quase em sua totalidade o golpe de 1964, a imprensa que, num segundo momento, junto com outras forças conservadoras do país que também não concordavam mais com os rumos que tomara a direção dada ao governo e que se expressou na crise de 1968, uma vez mais se calou.

Quem viveu esta fase minimamente tem a lembrança de que não aparecia nos jornais ou nas emissões televisivas nenhuma menção às lutas para restabelecer a ordem democrática. Mesmo quando a censura acabou quase nenhuma referência fizeram a este período.

O que a imprensa quase em sua totalidade apregoava era que o país não parava de crescer, que se vivia uma fase de transformação e que o Brasil entrava em novos tempos. Enquanto isso acontecia e se tinha a certeza de que a era do milagre havia chegado, milhares de jovens morriam na luta armada, enquanto outros tantos desapareciam. Até que vozes discordantes passaram a ser ouvidas gradativamente. Até que, novamente, tomaram praças e ruas, clamando pela redemocratização. Ai a imprensa, noticiou e construiu outras tantas edições emblemas para apregoar uma memória de si, que pelas estratégias narrativas vai produzindo memória histórica.

### Referências

ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WLTMAN, Fernando e ROCHA, Dora. *Eles mudaram a imprensa*. Depoimentos ao CPDOC (2003). Rio de Janeiro: FGV Editora.

AQUINO, Maria Aparecida de (1999). *Censura, Imprensa, Estado autoritário (1968-1978)*. Bauru: EDUSC.

AQUINO, Maria Aparecida de. (2002). "Mortos em sepultura". In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). *Minorias silenciadas*. São Paulo: USP /Imprensa Oficial.

BARBOSA, Marialva (2007). *História cultural da imprensa* (1900-2000). Rio de Janeiro: MAUADX.

BARBOSA, Marialva (2013a). *História da Comunicação no Brasil*. Petrópolis: Vozes.

BARBOSA, Marialva (2013b). “1968 e a multidão como massa: televisão e imagens políticas da memória e do esquecimento”. Texto apresentado no Colóquio Brasil-Argentina. *Processos Históricos e Narrativas Audiovisuais*. 13 e 14 de junho de 2013. Realização ECOPOS/UBA. Apoio CNPq e CONICET.

BARBOSA, Marialva. *Imprensa e golpe de 1964: entre o silêncio e lembranças de fatias do passado*, 2014 (texto ainda inédito).

D'ARAUJO, Maria Celina *et alli*. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará,, 1994.

GOULART, Ferreira. Depoimento. In: *Um Rio em 68*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1988.

GRAMSCI, Antonio (1989). *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

KUCINSKI, Bernardo (1991). *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Scritta.

KUCINSKI, Bernardo (2002). “A primeira vítima: a autocensura durante o regime militar”. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). *Minorias silenciadas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial.

MAIA, Maurício (2002). “Censura, um processo de ação e reação”. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). *Minorias silenciadas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial.

MARCONI, Paolo (1980). *A censura política na imprensa brasileira, 1968-1978*. São Paulo: Global Editora.

*Memória de repórter: lembranças, casos e outras histórias de jornalistas brasileiros* (2010). Coordenação Geral: Suzana Blass. Rio de Janeiro: Verso Brasil.

MENDONÇA, Sonia Regina e FONTES, Virgínia Maria (1996). *História do Brasil recente 1964-1980*. São Paulo: Editora Ática.

NORA, Pierre (1986). *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard.

RICOUER, Paul (2007). *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: UNICAMP.

RIDENTI, Marcelo (2010). *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: UNESP.